Jornal de Brasília



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 02.010.478/0001-28

CAPITAL

15.200.000

15.200.000

15.200.000

15.200.000

15 200 000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

No exercício de 2022 a inflação oficial (IPCA) foi 5.79% e, como medida para combatê-la, a taxa de juros básinote Actuato de 2025 a lingua o trada (in o vivo, 70 es, o un insulta plata cultatera, a taxa de pub deser ca da economía, a Selic, encernu o ano em 13,7% ao ano. No caminino de retornada de estabilização do cenário econômico pós pandemia, presenciamos oscilações do dólar, conflito bélico entre Rússia e Udrânia - produzindo escassez de insumos, que pressionaram os preços de alimentos, energia e combustíveis - e eleições no País, com intensa polarização, para o executivo federal. O marcado de trabalho reagiu de forma positiva, com melhoras nos niveis de emprego e renda. Nesse contexto, o Sistema de Consórcio fechu 2022 mantendo su trajetória de crescimento, realimendo sua importância para a economía e sua presença na cul-tura financeira do brasileiro. Durante o ano, a Bancotrás Administradora de Consórcios S.A. (BAC) seguiu adotando boas práticas de governança, reforçando seu compromisso com a ética e a transparência, mantendo o foco na geração de negócios, em sinergia com as demais áreas do conglomerado Bancorbrias, assim como no cumprimento de sua missão institucional. O ano foi marcado com a implementação de diversas ações que contribuíram para o alingimento das metas

propostas no planejamento estratégico, a saber: lançamento de novos grupos de consórcios de serviços, bens móveis e imóveis; lançamento de landing page para os consorciados, disponibilizando-lhes maior conveniên-DAL ANGO BATRIMONIA

cia e adilidade nos servicos prestados pela Administradora; lancamento de plataforma de treinamento para tote e gujutación los servicios presentos pera activismos contra apartento tre puentamina de vientamina para paraceiros comerciais de venda direita; ações comerciais diversas (mês do consumidor, aniversário de Brasilia, mês das mães, mês dos namorados, aniversário da Bancortorás, mês dos pais, Black November e BAC na Copa); melhoria nos processos internos, por meio de ajustes nas atividades das áreas de crédito e de gestão de grupos; realização de treinamentos e capacitações das equipes de vendas (Certificação de Vendas em Consórcios); ações de recuperação da inadimplência, de retomada de bens e otimização de

 Usalso com contratos.
 Vendas: R\$ 895,3 milhões em créditos comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ano ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no ante comercializados em 2022, 14,1% acima do observado no acima do observado no ante comercializado em 2022, 14,1% acima do observado no acima do observado n rior, com destaque para volume recorde no mês de novembro (R\$ 168 milhões em créditos vendidos). Em número de operações, foram vendidas 4.976 novas cotas de consciroos, incremento de 25,9% em relação a 2021. De forma segregada, as vendas nos segmentos de bem móvel, imóvel e serviço liveram, em 2022, incrementos de 45,5%, 7,1% e 54,2% nos volumes de créditos comercializados, e de 30,3%, 12,1% e 58,1%, respectivamente, no quantitativo de novas cotas vendidas.

DESCRIÇÃO

Proposta da Administração de Destinação do Lucro: Transferência para reservas: Reserva legal

Proposta da Administração de Destinação do Lucro: Transferência para reservas:

Proposta da Administração de Destinação do Lucro:

Exercício de 2021 Saldos em 31 de dezembro de 2020

Lucro líquido do exercício

Transferência entre reservas

Dividendos a distribuir Saldos em 31 de dezembro de 2021 Exercício de 2022

Lucro líquido do exercício

Reserva para aumento de capita Dividendos a distribuir

Saldos em 30 de junho de 2022

Prejuízo do semestre

Dividendos a distribuir Saldos em 31 de dezembro de 2022

Reversão de Reserva legal Transferência entre reservas

Saldos em 31 de dezembro de 2022

Reserva legal

Carteira de clientes: finalizou o exercício com crescimento de 17,5%, alcançando 15.534 cotas ativas

(ante 13,216 ao final de 2021), sendo 54,1% no segmento de imóveis, 38,6% em bens móveis e 7,3% en

(alter locat de inital estat), sendo 47 no segurento en introes, ocor en meter introes en soveres en entre introes en soveres en entre introes en soveres en entre introes entre introes en entre introes ent

do para o exercicio. Por conseguinte, a margem do EBITIDA foi de 3.1%, performando abaixo do orçado para o exercicio findo e, tembém, do observado no ano anterior.

Resultado: A Reculta Operacional Bruta a presento u incremento de 10,6%, em relação a 2021, alcançando R\$74,2 milhões, enquanto que as Despesas Operacionals, no total de R\$62,1 milhões, eresceram 24,4%, em virtude, principalmente, da redistribuição de despesas, antes contabilizadas na holding, para as respecti vas empresas de negócios. O resultado líquido em 2022 foi de R\$ 7.716.406, apresentar 63,8%, em relação ao observado no ano anterior. Racilia (DF), 31 de janeiro de 2023 Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho José Climério Silva de

RESERVAS DE LUCROS

CAPITAL

3.000.000

3 874 169

6.874.169

6.874.169

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$ (1)

RESERVA

848.723

237 105

1.085.828

85.820

1.171.648

1.181.358

(9.710)

1.171.648

José Climério Silva de Souza

TOTAL

22.922.892

4.742.106

23.159.997

1.716.406

(1.630.586)

23.245.817

25.070.581

(194.178)

23 245 817

LUCROS

4.742.106

(237.105)

(4.505.001)

1.716.406

(85.820)

(1.630.586)

1.815.054

(194.178)

(1.630.586)

Diretor-Executivo

3.874.169

(3.874.169)

6.874.169

6 874 169

BALANÇO PATRIMONIAL				
	R\$(1)			
_	31.12.2022	31.12.2021		
ATIVO	32.767.004	58.785.201		
CIRCULANTE	23.162.092	52.967.888		
Disponibilidades	2.204	3.381		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	5.103.723	22.563.325		
Valores pendentes de cobrança e bens retomados (nota 5)		11.904.587		
Bens retomados (nota 5)		3.345.158		
Impostos a recuperar	650.434	44.716		
Adiantamentos e antecipações salariais	296.693	317.903		
Adiantamento aos grupos (nota 6)	14.855.468	13.546.741		
Adiantamentos a terceiros	2.253.570	1.242.077		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.777.565	5.029.201		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	8.459.173	4.580.435		
Depósitos judiciais	318.392	448.766		
PERMANENTE	827.347	788.112		
Investimentos	594.596	459.046		
Quotas de consórcio	594.596	459.046		
Imobilizado (nota 7)	229.148	325.463		
Intangível	3.603	3.603		
	R\$	(1)		
	31 12 2022	31 12 2021		

	R\$(1)		
_	31.12.2022	31.12.2021	
PASSIVO	32.767.004	58.785.201	
CIRCULANTE	6.366.634	33.688.284	
Fornecedores de serviços	90.483	169.192	
Impostos e contribuições (nota 8)	1.858.948	1.616.358	
Obrigações com pessoal (nota 9)	1.898.708	1.788.079	
Obrigações com consorciados (nota 10)	788	5.753.369	
Valores pendentes de cobrança e bens retomados (nota 5)		15.249.745	
Outras obrigações (nota 11)	887.121	4.606.540	
Dividendos (nota 13 c)	1.630.586	4.505.001	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.154.553	1.936.920	
Provisões para passivos contingentes (nota 12)	356.752	613.132	
Partes relacionadas (nota 17 b)	2.797.801	1.323.788	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.245.817	23.159.997	
Capital social (nota 13)	15.200.000	15.200.000	
Reserva de lucros	8.045.817	7.959.997	
(As notas explicativas da administração integram	as demonstrações contáb	neis)	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		R\$(1)	
	2ºSem/2022	2022	2021
1 - RECEITA OPERACIONAL	39.639.649	76.137.085	68.032.070
Rendas de prestação de serviços (nota 14)	36.335.798	69.235.637	65.239.938
Receitas financeiras	1.043.725	1.984.436	1.007.173
Outras receitas operacionais	1.408.907	2.811.711	1.431.222
Reversão de provisões operacionais	851.219	2.105.301	353.737
2 - DESPESAS ÓPERACIONAIS	(39.253.299)	(72.810.354)	(59.901.773)
Despesas administrativas (nota 15)	(33.434.193)	(61.672.099)	(49.449.031)
Honorários da diretoria	(231.533)	(474.939)	(434.672)
Despesas tributárias (nota 15 c)	(5.244.970)	(10.013.695)	(9.391.867)
Despesas financeiras	(342.603)	(649.621)	(626.203)
3 - RESULTADO OPERACIONAL	386.350	3.326.731	8.130.297
4 - RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIA	AL, 386.350	3.326.731	8.130.297
IMPOSTO DE RENDA			
Contribuição social (nota 16)	24.533	(268.491)	(751.436)
Imposto de renda (nota 16)	(21.461)	(758.234)	(2.085.050)
5- RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	389.422	2.300.006	5.293.811
Participações dos administradores	(218.400)	(218.400)	(218.000)
Participações dos empregados	(365.200)	(365.200)	(333.705)
6- LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(194.178)	1.716.406	4.742.106
7- QUANTIDADE DE AÇÕES	1.520.000	1.520.000	1.520.000
8- LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO	(0,13)	1,13	3,12
(As notas explicativas da administração in	ntegram as demonstra	ações contábeis)	

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

	R\$ (1)			
	2º SEM/2022	2022	2021	
(+) DISPONIBILIDADES SALDO INICIAL	240.554.284	230.849.468	191.340.477	
Aplicações financeiras	240.554.284	230.849.468	191.340.477	
(+) RECURSOS COLETADOS	194.949.367	380.351.161	336.334.132	
Contribuições para aquisição de bens	141.528.185	276.368.780	254.502.290	
Taxa de administração	32.763.896	62.773.751	60.041.727	
Contribuições ao fundo de reserva	1.632.624	3.166.001	2.792.455	
Rendimentos de aplicações financeiras	11.971.407	24.341.403	7.376.092	
Multas e juros moratórios	823.708	1.516.023	1.413.379	
Prêmios de seguros	83	25.904	399.447	
Custas judiciais	5.621	37.389	22.598	
Reembolso de despesas com registro	681.797	1.319.546	844.435	
Outros	5.542.046	10.802.364	8.941.709	
(-) RECURSOS UTILIZADOS	183.666.567	359.363.545	296.825.141	
Aquisição de bens	140.865.379	265.596.769	212.734.084	
Taxa de administração	32.792.027	63.152.380	60.011.791	
Multas e juros moratórios	385.482	715.913	675.599	
Prêmios de seguros	1.109	62.779	369.878	
Custas judiciais	5.615	37.405	22.619	
Devolução a consorciados desligados	4.294.432	17.531.130	15.942.207	
Despesas com registro de contrato	680.515	1.318.598	949.828	
Outros	4.642.008	10.948.571	6.119.135	
(+) DISPONIBILIDADES SALDO FINAL	251.837.084	251.837.084	230.849.468	
Aplicações financeiras	251.837.084	251.837.084	230.849.468	
(As notas explicativas da administraca	io integram o conjunto	das demonstrações co	ntáheis)	

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 1 - LUCRO LÍQUIDO 1.716.406 2 - RESULTADO ABRANGENTE TOTAL (194,178) 1.716.406 4 742 106 (As notas explicativas da administração integram o conjunto das de DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

	R\$ (1)
-	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO	6.055.389.709	5.364.896.006
CIRCULANTE	789.212.051	689.821.250
DISPONIBILIDADES	251.837.084	230.849.468
Aplicações financeiras	251.837.084	230.849.468
Disponibilidades do grupo	24.537.267	22.075.582
Vinculadas a contemplações-demais aplicações	227.130.859	208.749.018
Aplicação grupo em formação	168.958	24.868
Outros créditos	537.374.967	458.971.782
Bens retomados ou devolvidos	22.073.033	8.254.099
Direitos junto a consorciados contemplados	515.301.934	450.717.683
COMPENSAÇÃO	5.266.177.658	4.675.074.756
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	14.390.520	11.395.345
Contribuições devidas aos grupos	2.749.990.654	2.435.723.251
Consorciados - bens a contemplar	2.501.796.484	2.227.956.160
PASSIVO	6.055.389.709	5.364.896.006
CIRCULANTE	789.212.051	689.821.250
Obrigações com consorciados	317.588.849	275.496.206
Valores a repassar	10.581.155	9.931.556
Obrigações com contemplações a entregar	227.130.859	208.749.018
Obrigações com a Administradora	9.478.674	11.664.675
Recursos a devolver a consorciados	180.719.599	152,699,892
Recursos dos grupos	43.712.915	31,279,903
COMPENSAÇÃO	5.266.177.658	4.675.074.756
Recursos mensais a receber de consorciados	14.390.520	11.395.345
Obrigações dos grupos por contribuições	2.749.990.654	2.435.723.250
Bens ou serviços a contemplar	2.501.796.484	2.227.956.161
(As notas explicativas da administração integram o conjur		

 u serviços a contemplar (As notas explicativas da administração integra 	2.501.796.484 am o conjunto das demonstrações c	2.227.956.161 ontábeis)	CAIA
NOTAS EXPLICATIVAS NTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS			
01 CONTEXTO OPERACIONAL			

A BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 18 de julho de 1986, com sede em Brasília (DF). tem como objeto a constituição e a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis, imóveis, serviços e outros itens permitidos pela legislação.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária aplicável à Empresa e em consonância com normas e instruções do Banco Central do Brasil.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimati-

Ativos e passivos significativos, sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências e para perdas, a depreciação do ativo imobilizado e a amortização visão para contingências e para perdas, a depreciação do ativo imobilizado e a amortização o intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

_	пֆ (I)	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.716.406	4.742.106
Ajustes por:		
- Depreciações e amortizações	86.573	245.661
- Baixas de bens do imobilizado	12.455	3.727
- Baixas de bens do investimento	1.815.434	33.733 5.025.227
Resultado Ajustado	1.013.434	5.025.227
Aumento(redução) nos ativos e passivos	44 004 507	(00.040)
Nos valores pendentes de cobrança judicial Nos bens retornados	11.904.587 3.345.158	(29.810) (416.562)
Nos impostos a recuperar	(605,718)	76.629
Nos adiantamentos e antecipações salariais	21.210	(135.501)
Nos adiantamentos aos grupos	(1.308.727)	(3.011.672)
Nos adiantamentos a terceiros	(1.011.493)	(966.281)
Nos títulos e valores mobiliários	(3.878.738)	4.451.734
Nos depósitos judiciais	130.374	138.103
Nos fornecedores de serviços	(78.709)	(230.574)
Nos impostos e contribuições Nas obrigações com pessoal	242.590 110.629	(319.560) 100.894
Nas provisões para contingências	(256.380)	557.581
Nas obrigações com consorciados	(5.752.581)	(1.874.982)
Nos valores a receber - cobrança judicial	(15.249.745)	446,372
Nos credores diversos - país	(3.719.419)	1.960.134
Nas partes relacionadas	1.474.013	347.324
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(12.817.515)	6.119.056
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado	(2.713)	(73.999)
Aquisições em investimentos	(135.550)	
Pagamento de dividendos	(4.505.001)	(3.806.378)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.643.264)	(3.880.377)
ACRÉSCIMO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(17.460.779)	2.238.679
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO ÍNICIO DO PERÍODO	22.566.706	20.328.027
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5.105.927	22.566.706
(As notas explicativas da administração integram o conjunto	das demonstrações con	tábeis)

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábei exercício encerrado em 31/12/2022, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2023

Base de mensuração A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor

Moeda funcional Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresen tadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 DA ADMINISTRADORA

Na elaboração das demonstrações contábeis foram adotadas as seguintes práticas contábeis a) É adotado o regime de competência para o registro das receitas e despesas, sendo que a taxa de administração é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento pela Administradora.

- b) Títulos e valores mobiliários são demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos pro porcionais até a data do balanço.
- c) Demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização.
- d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Jornal de Brasília

Bancorbrás 🎾

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recu-Electrimidad una perioda por imparidade são reconhecidas no resultado do período. No mínimo semes-tralmente, para a realização do teste de imparidade, a Companhia elabora estudo para apuração de materialidade dos valores envolvidos, segundo critérios definidos pela Administração.

e) Ativo permanente: é registrado ao custo, sendo que as depreciações dos bens do imobiliza do são calculadas, pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil

estimada (nota 07), segundo os critérios fiscais.

f) Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos,

quando aplicável, dos correspondentes encargos.

g) As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados decorrentes do curso normal de suas atividades e quando for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obri-

auridades e quando in proviere que min sanda de recusos seja necessaria para injuntar a con-gação e uma estimativa conflável do valor possa ser feita. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e con-tingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica

 Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de conflabilidade de realização, geral-mente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

■ Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, em ações cíveis de natureza fiscal, previden-ciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recur sas a valuadas peiar assessiva du nuítica, e levaria intronsieração à produzinada de Que recur-sos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possas ere estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O lotal das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social, com base na alíquota de 9%, sobre o lucro tributável anual.

. Calculados às alíguotas demonstradas no quadro a seguir. Considera-se, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo

Iributo	Aliquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

j) Norma de aplicação futura - Resolução BCB 219/2022 Em março de 2022, foi divulgada a Resolução BCB nº 219, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedejo) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto

Lesar lesolução estata vigente em sua citoriadade a paínt de l'de jaliento de 2022. Em terrativo de exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil.

tayau cumatur.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da administradora.

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário alual das administradoras de consórcio

e suas respectivas demonstrações financeiras, objetivando identificar quais itens serão sensibi lizados pela adoção da norma, além das eventuais possibilidades de mudanças em produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares,

necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de inclessarios a execução di teritar o internativa doir el mismo simplemento simplimento para a intributação ver custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para to teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para utilização da metodologia simplificada de PECLD pelas administradoras de consórcio, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da administradora.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais flens abordados no plano para a implemen-tação da Resolução BCB nº 219/22: Capacitação da equipe; Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);

Reclassificação de ativos financeiros; Classificação de passivos financeiros; Custos de transação; Mensuração do valor justo;

Ativos com problemas de recuperação de crédito

Renegociação e reestruturação de ativos financeiros; Baixa de ativos financeiros; Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Contabilidade de Hedge: e

Evidenciação.

3. 2 DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Disponibilidade e aplicações financeiras

Representam recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em contas vinculadas para aplicação dária conforme normativos do Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras dos grupos de consórios são efletudada Gairamente em títulos e valores

mobilários. Esses títulos e valores mobilários são registrados pelo valor de mercado, gerando

dirigidamente, porte ou conscionalmente acorda le única se aos a constructor dos no tiento do comuno aos

diariamente ganhos ou ocasionalmente perdas líquidas, que são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre os mesmos os rendimentos financeiros sobre as parcelas mensais recebidas dos consorciados.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.

c) Passivo circulante

c) Passivo circularine Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável. d) Obrigações com consorciados

o Uniqueços comisoriados Representa os pagamentos realizados pelos consorciados, cuja expressão, em Reais, exigível mensalmente, resulta de percentuais incidentes sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio, vigente na data de realização da assembleia de contemplação, respectiva de cada vencimento de obrigação.

Os percentuais que compõem o valor da parcela mensal de cada cota de consórcio são referentes ao fundo comum (100%) e às taxas pactuadas de fundo de reserva e de taxa de administração, divididas pelo número de meses previstos para a duração do grupo, de forma linear ou não.

Plecursos dos grupos
Representa os recursos recebidos dos consorciados, referentes a fundo de reserva, rendimentos das aplicações financeiras, multas e juros moratórios recebidos dos grupos e atualizações de direitos e obrigações, em decorrência da variação do preço do bem ou serviço de referência. f) Recursos coletados

Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.

g) Recursos utilizados Representa o total utiliza

presenta o total utilizado na aquisição de bens e serviços, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva, nas finalidades a que se destina.

Representa os recursos recebidos dos consorciados que serão destinados à aquisição do bem ou servico.

i) Fundo de reserva
O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de percentual do valor da contribuição para O fundo de reserva e constituido pelo recominismo de percentidad de valor da comindiqua para o fundo como pelos rendientos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se, precipuamente, à cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comun, despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo, despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais para recuperação de crédito do grupo e, adicionalmente - desde que não com-prometida sua utilização para as finalidades precípuas -, para contemplação de colas com o respectivo crédito.

i) Taxa de administração

A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual incidente sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórci

A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, orientando em relação a transações além de requerer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa

I) Informações complementares:

7 informações compenientames. Os depósitos bancários e aplicações financeiras representam as disponibilidades para aplicações diárias, conforme as normas do Banco Central do Brasil.

Em relação aos grupos de consórcio administrados pela Companhia, as principais informações complementares são

31/12/2022	31/12/2021
29	27
15.534	13.225
2.305	2.447
2.226	1.776
14,28%	13,42%
1.358	1.241
	29 15.534 2.305 2.226 14,28%

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos foram aplicados em diversas modalidades de inve stimento, em diferentes instituições financeiras, com rentabilidade bruta de 12.64% no ano de 2022.

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2022	31/12/2021
Letra Financeira	5.103.723	4.580.435
Fundos de Investimento	8.459.173	22.563.325
Total	13.562.896	27.143.760
Ativo circulante	8.459.173	22.563.325
Ativo não circulante	5.103.723	4.580.435

NOTA 05. VALORES PENDENTES DE RECEBIMENTO

Os valores pendentes de cobrança judicial e referentes a bens retomados, existentes nas con-tas contábeis do Ativo e correspondentes Passivos, são provenientes de ações judiciais em que

a Administradora é autora, tendo como reus consociados de grupos encerrados.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB nº 156/2021, que entrou em vigor em 01/01/2022, estabeleceu que na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras devem registrar esses valores em contas de compensação adequadas.

31/12/2022	31/12/2021
17.194.774	15.249.745
13.432.598	11.904.587
3.762.176	3.345.158
	17.194.774 13.432.598

NOTA 06. ADIANTAMENTO AOS GRUPOS

Refere-se a repasses de recursos financeiros aos grupos de consórcio administrados, nas seguintes situações:

 a) Grupos ativos: adiantamentos destinados a suprir insuficiências de arrecadação dos grupos de consórcio, notadamente nos primeiros meses de sua comercialização, de forma a propiciar De consoluci, indicadimente nos primientos interes os exactivinarias que forma a propuedir lhes condições mínimas de contemplação de cotas com os créditos, e assim favorecer sua per-formance, resguardando sua higidez econômico-financeira. Esses adiantamentos são resgatados pela Administradora nos meses subsequentes, antes do

encerramento dos grupos, à medida que suas arrecadações se elevam.

b) <u>Grupos encerrados</u>: aportes realizados compulsoriamente pela Administradora, logo após a realização da última assembleia dos grupos, para cobertura de eventuais deficits de saldo finan-ceiro para pagamento de créditos das cotas quitadas não contempladas anteriormente, e para restituição de valores pagos aos demais consoricados. Déficits no encerramento tem como razão direta o inadimplemento de valores devidos por titu

Denois no encerramento en como en como

forme ocorra o recebimento, administrativa ou judicialmente, dos valores inadimplidos, cuja cobrança prossegue mesmo depois do encerramento dos grupos.

	Saldos em	(+) Aportes	(-) Resgates	Saldos em
DESCRIÇÃO	31/12/2021	(+) Aportes em 2022	em 2022	31/12/2022
Adiantamentos a grupos ativos	11.664.675	3.311.154	5.559.440	9.416.389
Aportes em grupos encerrados	1.882.066	6.560.894	3.003.881	5.439.079
TOTAL	13.546.741	9.872.048	8.563.321	14.855.468

NOTA 07. IMOBILIZADO

		31/12/2022			31/12/2021
	DEPRECIAÇÃO	Custo	Depreciação	Valor	Valor
Descrição	(ao ano)	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações /benfeitorias	20%	13.463	13.463	-	
Móveis e equipamentos de uso	10%	417.982	321.120	96.862	133.949
Equipamentos de comunicação	10%	114.485	90.317	24.168	30.723
Sistema processamento de dados	20%	404.393	346.262	58.131	93.377
Sistema de segurança	10%	27.008	21.195	5.813	8.513
Outros equipamentos	10%	162.423	118.249	44.174	58.901
Totais		1.139.754	910.606	229.148	325.463

NOTA 08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Encargos sociais e previdenciários sobre folha	561.581	434.178
INSS	395.824	298.274
FGTS	165.757	135.904
Tributos a recolher	1.297.367	1.182.180
IRPJ	-	14.705
CSLL	-	12.188
PIS	111.831	105.342
Cofins	516.653	487.030
ISS	364.476	330.896
IRRF	300.280	229.771
Outros	4.127	2.248
TOTAL DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	1.858.948	1.616.358

NOTA 09. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de férias e encargos sociais	1.264.272	1.220.479
Participação nos lucros e resultados	634.436	567.600
Total	1.898.708	1.788.079

NOTA 10. OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

A Lei nº 11.795, de 08/10/2008, determina que os recursos não procurados pelos consorciados de grupos encerrados devem ter tratamento contábil específico, de maneira dissociada dos registros contábeis da administradora de consórcio.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB nº 156/2021, que entrou em vigor em 01/01/2022, estabeleceu que na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras devem registrar em contas patrimoniais apenas os valores relativos a grupos encerrados que tenham sido constituidos antes da vigência da Lei 11,795/2008 e, para os demais grupos, efetuar o registro em contas de compensação adequadas.

ALORES NÃO PROCURADOS POR		
ONSORCIADOS DE GRUPOS ENCERRADOS	31/12/2022	31/12/2021
irupos anteriores à Lei 11.795/2008 (Passivo exigível)	788	5.753.369
irupos posteriores à Lei 11.795/2008 (Compensação)	9.453.772	-
OTAL	9.454.560	5.753.369

NOTA 11 OLITRAS ORDIGAÇÕES

TO

TOTA II. COTTIAC OBITICAÇOLO		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos não identificados	1.378	194.612
Créditos em análise para re rateio	-	727.986
Valores judiciais a repassar	627.650	627.650
Pagamentos a processar	40.293	3.056.292
Fazer Empreendimentos EIRELI	217.800	-
Total	887.121	4.606.540

NOTA 12. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos.

outros incivos.

Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, da análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda. perdas sumitadas onos processos en cualvos, idasamicados contro en esco provater de perda.

As ações de natureza cível têm como objeto pedidos de indenização, com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como pleitos de revisão de cláusulas contratuais, restituição de parcelas pagas no consórcio antes do encerramento do grupo e eventuais pagamentos considerados indevidos pelo consorciado. Na esfera trabalhista, predominam processos individuais, movidos por ex-colaboradores, que reclamam verbas diversas. a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

		(+) Constituição	Saldos em
Contingentes	31/12/2021	(-) Reversão	31/12/2022
Cíveis	366.292	(229.635)	136.657
Trabalhistas	246.840	(26.745)	220.095
TOTAL	613.132	256.380	356.752

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)

eis, não são reconhecidos con-Os passivos contingentes, classificados como de perdas po-

Os passivos contingentes, cassinicados como de perdas possiveis, nao sao reconnecidos con-tabilmente, em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.180/2009. Os saldos dos passivos continigentes possíveis de perdas totalizam R\$ 3.446.193 em 31/12/2022, referente a 49 (quarenta e nove) ações e R\$ 2.267.237 em 31/12/2021, referente a 44 (quarenta e quatro) ações.

NOTA 13. CAPITAL SOCIAL

 a) O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mill reais) representado por 1,520,000 (hum milhão, quinhentas e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente à acionista Bancorbrás Emprendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é sua subsidiária integral.

 b) <u>Reserva legal</u>
 Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976.

c) <u>Dividendos</u>
O acionista tem direito de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O acionista tem direito de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração
O de receber como dividendo de receber como de receber como dividendo de receber como dividendo de receber como de re equivalente, no mínimo, a 25% do lucro líquido ajustado, mediante deliberação da assem

d) O lucro foi destinado conforme segue

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERV	'A
(+) Lucro líquido do exercício	1.716.406
(-) Reserva legal	85.820
(=) Base de cálculo para dividendos	1.630.586
(-) Dividendos 25%	407.646
(-) Dividendos adicionais	1.222.940
(=) Lucros acumulados	-

NOTA 14. RECEITA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

NOTA I A: RCECITA MA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO O Banco Central do Brasil divulgou em 27 de julho de 2021 a Resolução BCB nº 120 a qual dis-põe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis das administradoras de consórcio. Essa Resolução recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, alterando o regime de reconhecimento das receitas de taxa de

administração que devem ser reconhecidas por competência.

Em virtude de não ter sido possível a adequação dos sistemas e processos para atendimento da referida resolução, a Administradora optou por permanecer com o reconhecimento da receita quando do recebimento.

A Administradora iuntamente com a empresa responsável pelos sistemas operacionais está r núministatoria, juntamente com a emipresa responsaver peros sistemas operacionais, este promovendo a adequação dos sistemas e dos processos para que os mesmos possam ser ado tados no decorrer do próximo semestre.

NOTA 15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

Despesas Administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Proventos, encargos sociais e benefícios	19.536.592	18.389.142
Comunicação	721.600	663.680
Propaganda e publicidade	1.368.278	820.314
Serviços de terceiros (a)	17.747.650	17.019.294
Rateio de despesas (b)	18.044.695	9.267.050
Administrativas	225.664	197.343
Aporte (perda) em grupos	210.327	662.953
Indenizações	483.832	353.946
Provisões para passivos contingentes	1.848.922	911.317
Bens retomados	120.592	110.957
Outras	1.363.947	1.053.035
Total	61.672.099	49.449.031

 (a) Do saldo da despesa com servicos de terceiros. R\$ 13.850.659 é proveniente de pagamen to de comissão paga a representantes, pela venda de cotas de consórcio.

b) As despesas com ratelo estad discriminadas de acordo com a composição a seguir.				
Rateio de despesas	31/12/2022	31/12/2021		
Pessoal	8.122.771	5.779.123		
Encargos	2.782.506	1.275.924		
Benefícios	4.171.220	1.713.902		
Serviços de terceiros	1.376.293	-		
Aluguéis e arrendamentos	329.769			
Festividades de comemorações	119.175	-		
Comunicação	108.115	-		
Demais rateios	1.034.846	498.101		
Total	18.044.695	9.267.050		

(c) As despesas tributárias estão discriminadas de acordo com a composição a seguir

31/12/2022	31/12/2021
1.155.687	1.083.006
5.343.128	4.998.522
3.461.782	3.261.997
53.098	48.342
10.013.695	9.391.867
	1.155.687 5.343.128 3.461.782 53.098

Bancorbrás

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

NOTA 16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E	2	022		2021
DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro líquido antes da contribuição social	2.788.777		7.578.592	
Lucro líquido após a contribuição social	-	2.520.286		6.827.156
(+) Adições	2.299.756	2.977.966	1.124.431	2.170.227
Contribuição social	-	268.491		751.436
Despesas com brindes e festividades	121.145	121.145		
Participação nos lucros - Administradores	-	218.400		218.000
Provisões judiciais	1.848.922	1.848.922	911.317	911.317
Outras adições	329.689	521.008	213.114	289.474
(-) Exclusões	2.105.301	2.105.301	353.737	353.737
Reversão de provisões judiciais	2.105.301	2.105.301	353.737	353.737
(=) Lucro antes da compensação de prejuízos	2.988.232	3.392.951	8.349.286	8.643.646
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	2.988.232	3.392.951	8.349.286	8.643.646
Tributos devidos	268.491	758.234	751.436	2.085.050

NOTA 17. PARTES RELACIONADAS a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como seque:

Descrição	2022	2021
Honorário	420.000	383.760
Honorário Suplementar	47.494	43.467
Anuênio	7.445	7.445
Encargos Sociais	171.359	144.043
Participação nos Lucros e Resultados	218.400	218.000
TOTAL	864.698	796.715

b) Operações ativas e passivas com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos servicos administrativos, operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas

RATEIO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2022	2021
Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	4.009.697	5.386.744
Bancorbrás Centro de Relacionamento com Clientes S.A.		1.611.011
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	14.034.998	2.269.295
Total das Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas	18.044.695	9.267.050
SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	547.009	727.262
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	2.137.324	321.150
Bancorbrás Centro de Relacionamento com Clientes S.A.		240.983
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	107.181	34.393
Associação dos Funcionários das Empresas Bancorbrás	6.287	
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	2.797.801	1.323.788
Total das Operações com Partes Relacionadas	20.842.496	10.590.838

NOTA 18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de pensão e benefícios - A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra

b) Seguro saúde - A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2022

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA Diretor-Presidente Diretor-Executivo

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ

Contadora CRC 009.619/O-5 DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionista da BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Opinião com Ressalva

Examinamos as Demonstrações Contábeis da BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2022 e das variações nas disponibilidades dos grupos, para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BANCORBRÁS ADMINISTRADO-RA DE CONSÓRCIOS S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios, em 31 de dezembro de 2022, e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 14, a Administradora não procedeu à adoção das práticas contábeis relacionadas à Resolução BCB nº 120/2021 que recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, por não ter consequido adaptar todos os sistemas operacionais à referida norma. Por conseguência, não foi possível determinar eventuais efeitos relevantes nos saldos do balanco patrimonial e no resultado do semestre, bem como nas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. A não adoção da referida resolução não abrange as demonstrações de recursos de consórcios e disponibilidades de grupos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes pre-vistos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do segundo semestre de 2022. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Gestão dos grupos de consórcios, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, projeção de encerramento de grupos e aplicações financeiras.

Apropriação da receita por competência, cujo procedimento não foi implementado no exercício de 2022. Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor A Administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar

suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções nodem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada e de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiha/PR 28 de fevereiro de 2023

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES CRC-PR nº. 5.196/O-2 CVM nº. 9458 **EDER ALEXANDRE SOUZA** Contador CRC-PR-056.265/O-7/S/DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Destacamos a opinião com ressalva da Auditoria Independente quanto a adoção das práticas contábeis relacionadas à Resolução BCB nº 120/2021 Brasília (DF), 23 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL

CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA FERNANDO LUÍS SENRA ITABORAÍ

ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARE

A publicação acima foi devidavente publicada e certificada em 11/04/2023

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2 200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

